

# Se der quatro anos Sarney não reagirá

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O que faria o presidente José Sarney se, por hipótese, a Assembléia Nacional Constituinte entendesse aprovar o Artigo 4º das disposições transitórias do projeto de nova Constituição, encerrando o seu mandato a 15 de março de 1989?

Nada. Absolutamente nada. Curvar-se-ia à decisão soberana de deputados e senadores, mesmo lamentando ter sido tomada. Nem de longe se empenharia em golpes, convulsões ou impasses institucionais. Muito menos admitiria desrespeitar a Assembléia Nacional Constituinte. Nem sequer colocaria em pauta a possibilidade de recorrer ao Supremo Tribunal Federal, em nome de um discutível e incerto direito adquirido. Já se pensou no assunto, entre seus auxiliares, mas consultas a juristas e à doutrina desestimularam a idéia.

As tropas não seriam mobilizadas. Não se cavariam trincheiras nem se empilhariam sacos de areia ao redor do Palácio do Planalto. No máximo, o governo se empenharia para que, no caso da realização imediata de eleições presidenciais, vingasse a tese da renovação de todos os mandatos, o que também não dependeria de Sarney, mas da maioria constituinte.

É esse, sem tirar nem pôr, o quadro real, não obstante a voz das mesmas cassandras de sempre, prevendo o imprevisível. O presidente da República não tem vocação para ditador, por mais ressentido que pudesse ficar com a discriminação. Afinal, a Assembléia Nacional Constituinte já dispôs cinco anos para os seus sucessores, tendo ele se antecipado, há mais de um ano, ao acentuar em cadeia de rádio e televisão que abria mão de um ano de mandato, eleito que foi para um período de seis anos.

A questão é meramente política, apesar de falsas aparências. Obviamente, a declaração de algum ministro militar pelos cinco anos transcende os limites de uma opinião política, muito mais por conta do passado que do presente. Houve tempo em que as manifestações castrenses possuíam não apenas força de lei, mas poder de inquietação. Talvez até, maliciosamente, o governo se aproveite disso, no momento em que enfrenta a questão política. Ao tempo em que mobiliza governadores, atrai parlamentares e tenta sensibilizar a opinião pública. A impressão de susto sempre ajuda, mas não tem profundidade nem consistência. O que for resolvido, será de acordo com as regras do jogo democrático, ou, se quiserem, do jogo fisiológico também desenvolvido atualmente.

Os raciocínios acima expostos são ouvidos nos corredores do Palácio do Congresso, de uma semana para cá, como forma de antídoto aos maus augúrios que certos líderes do governo se encarregam de fazer circular. Os velhos fantasmas assustam cada vez menos, com seus camisolões rotos e esfarrapados.

A batalha a ser travada na última semana do mês em curso tem resultado mais ou menos previsível. Será muito difícil que os consti-

tuíntes reduzam o mandato do atual presidente. Uns, por compromissos assumidos e reassumidos, em função de benesses recebidas e por receber. Outros, por convicção. Mas a alternativa está em aberto. Nos últimos dias, assiste-se a um trabalho desenvolvido em favor dos quatro anos para Sarney, que não provém exclusivamente das esquerdas e dos setores ditos progressistas, históricos, dissidentes ou coisa que o valha. Chega-se à conclusão, em razoáveis setores do PMDB e do PFL, de que a unidade dessas legendas repousa na realização imediata de eleições presidenciais. Existem interesses em jogo.

O maior argumento em prol da redução é fornecido pelo próprio governo. Continuar por mais um ano para quê? A sucessão de dificuldades não superadas, de fracassos e malogros de planos e programas, influencia cada vez mais a opinião pública. Esta, por sua vez, ainda funciona como bússola parlamentar. Sabem deputados e senadores não poder dissociar-se por completo da opinião de suas bases, apesar da tentação fácil. Um dia, precisarão cuidar das reeleições, ou da tentativa de chegar a novos patamares.

É só isso o que existe, valendo ressaltar a inocuidade de criação de um clima de apreensões e temores. Nenhum Urutu sairá da garagem por conta do que for decidido na votação das disposições transitórias. Se um motorista ou outro de tanque ou de carro de combate tem vontade de ligar o motor, será fato isolado. Fará papel ridículo. Influência política, os militares têm e continuarão a ter, como integrantes de uma instituição tradicionalmente ordenada e poderosa. Transmudar influência em aventura, porém, nem pensar.

Apesar de autor pouco citável na Nova República, o general Andrada Serpa chegou segunda-feira a Brasília repetindo o óbvio, isto é, também os argumentos aqui referidos. Com todas as suas peculiaridades, inclusive a de se ter lançado candidato à Presidência da República em nome de um nacionalismo ultrapassado, ele acentuou não ser lícito a ninguém imaginar as Forças Armadas na rua por conta da aprovação dos quatro anos. Os militares não se insurgiriam e nem sairiam dos quartéis, disse, preferindo deixá-los apenas no dia da eleição, portando títulos de eleitor e não espingardas, no rumo das cabinas eleitorais.

Para o general que rompeu com seus companheiros em meio ao processo revolucionário, nada acontecerá. Nisso, ele está certo. Como, talvez, no diagnóstico que fez a seguir, sobre a Nova República se ter transformado num feudo do ex-presidente Ernesto Geisel e da cúpula do PMDB, estranhamente acoplados. Como enfatizou, a Nova República nasceu sob o signo da ilegitimidade, e as consequências estão aí mesmo, com a autoridade diluída e o poder público inerte diante da crise. Sob esse aspecto, o governo Sarney estaria pior do que o governo Figueiredo.